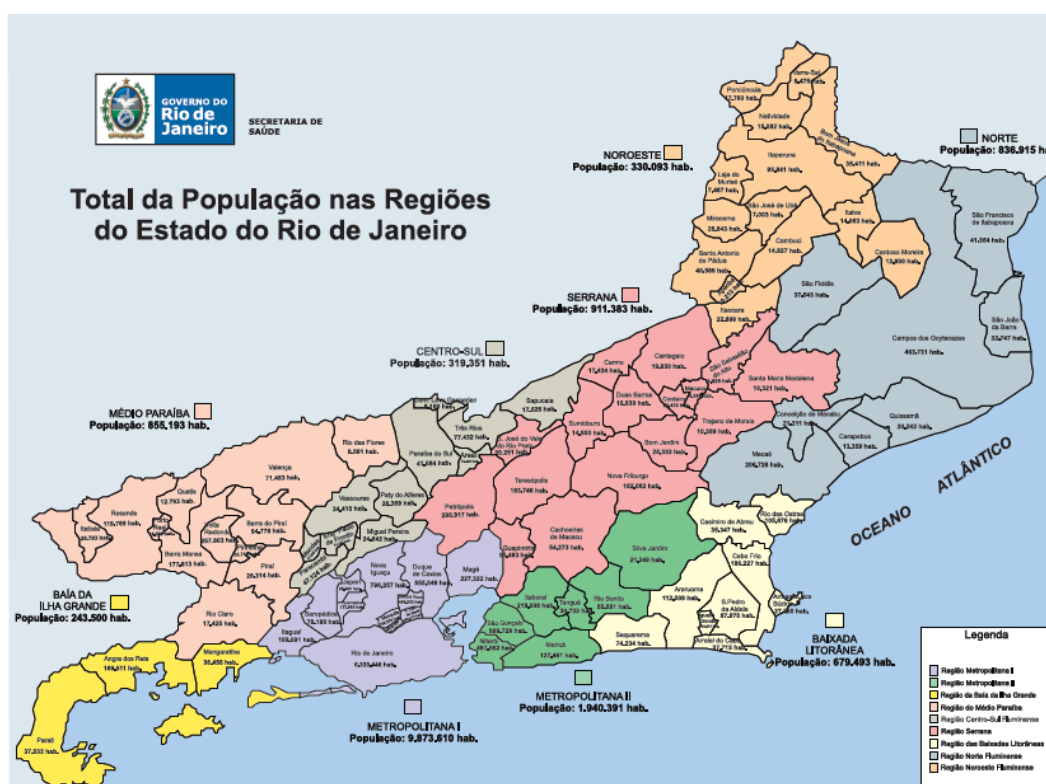


CADERNO DE APOIO À GESTÃO MUNICIPAL DA SAÚDE

Resende

Região: Médio-Paraíba



Rio de Janeiro

Dezembro, 2016.

FOLHA DE CRÉDITOS

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Rio de Janeiro

Presidente – Maria da Conceição de Souza Rocha (Piraí)

1º Vice Presidente - Ana Cristina de Carvalho Miranda Guerrieri (Rio das Ostras)

2º Vice-Presidente - Camillo Léllis Junqueira (Duque de Caxias)

Secretário Geral – Daniel Ricardo Soranz Pinto (Rio de Janeiro)

Diretora Financeira - Marta da Gama Magalhães (Volta Redonda)

Diretora de Comunicação – Tereza Cristina Abrahão Fernandes (Silva Jardim)

Diretor de Regionalização e Descentralização - José Marcos de Gois (Cachoeiras de Macacu)

Diretora de Relações Institucionais e Parlamentares - Eliane Cruz Vieira (Areal)

Diretor de Direito Sanitário - Geraldo Venâncio (Campos)

Equipe Técnica

Secretária Executiva

Aparecida Barbosa da Silva

Assessoria Técnica

Dilian Duarte Jorge Hill

Manoel Roberto da Cruz Santos

Marcela de Souza Caldas

Assessoria Financeira

Lilian Carla Rocha de Farias

Assessoria Jurídica

Mauro Lúcio da Silva

Antônio Júlio Dias Junior

Assessoria de Comunicação

Marina Schneider

Renata Fontoura

Apoiadores Regionais

Dilian Duarte Jorge Hill – Regiões Baía da Ilha Grande e Centro-Sul

D’Stefano Marcondes de Lima e Silva – Regiões Norte e Noroeste

Marcela de Souza Caldas – Coordenação e Região Médio Paraíba

Solange Isabel das Graças Cirico Costa – Região Serrana

Suely Gomes Osório – Regiões Metropolitana 2 e Baixada Litorânea

Maria de Fátima Brito de Rezende – Região Metropolitana 1

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Reitor: Ruy Garcia Marques

Vice-reitora: Maria Georgina Muniz Washington

Instituto de Medicina Social

Diretora: Gulnar Azevedo e Silva

Vice-diretor: Rossano Cabral Lima

Laboratório de Pesquisas sobre Práticas de Integralidade em Saúde - LAPPIS

Coordenadora: Roseni Pinheiro

Pesquisadora : Ana Maria Auler M. Peres

APRESENTAÇÃO

Prezado (a) Secretário (a),

Com o intuito de colaborar com o início da gestão dos novos secretários municipais de saúde em janeiro de 2017, o COSEMS RJ, através de sua equipe de apoiadores regionais, elaborou o que denominamos **“CADERNO DE APOIO À GESTÃO MUNICIPAL DA SAÚDE”**, que reúne alguns dos principais indicadores de seu município, os quais foram extraídos de sistemas de informações do Ministério da Saúde e/ou da Secretaria Estadual de Saúde.

Os indicadores de saúde, quando gerados de forma regular em um sistema dinâmico, podem produzir informações fundamentais e estratégicas para o processo de planejamento e gestão do SUS. O COSEMS RJ, por meio de apoiadores que atuam distribuídos nas 09 (nove) regiões de saúde fluminenses, tem o papel de socializar e disseminar informações qualificadas, contribuindo para a tomada de decisão.

O Projeto *“Apoiadores Regionais”*, realizado em parceria com o Laboratório de Pesquisas sobre Práticas de Integralidade em Saúde, do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LAPPIS/IMS/UERJ), promove o apoio institucional regionalizado aos gestores municipais da área da saúde. Além de estreitar a aproximação do COSEMS RJ com os gestores municipais, a iniciativa produz ferramentas importantes para o cotidiano do gestor municipal de saúde e amplia sua capacidade de articulação e de seus técnicos nos espaços de governança.

No campo da gestão em saúde pública, podemos definir governança como um arranjo organizativo único que opera os processos de formulação e decisão estratégica que organizam e coordenam a interação entre seus atores. Desta forma, o protagonismo do COSEMS RJ faz com que esta instituição caminhe para se consolidar como ator social estratégico no apoio aos municípios na perspectiva da construção da governança necessária em um processo de regionalização da saúde.

Assim, desejamos boas vindas e renovamos o compromisso de nosso apoio para que os gestores avancem na garantia do acesso à saúde com qualidade!

Diretoria COSEMS RJ

SUMÁRIO

1. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO	6
2. INDICADORES DE MORBIMORTALIDADE	6
2.1 Morbidade	6
2.2 Mortalidade	7
3. INSTRUMENTOS DE GESTÃO	8
4. BLOCOS DE FINANCIAMENTO	9
5. ATENÇÃO BÁSICA	10
5.1 – Núcleos de Apoio à Saúde da Família	11
5.2 – Saúde Bucal	12
5.2.1 – Equipes de Saúde Bucal	12
5.2.2 - Consultório Odontológico	12
5.2.3 – Centro de Especialidades Odontológicas	12
5.3 Programa Nacional de Melhoria do Acesso e Qualidade - PMAQ	14
5.4 Programa Melhor em Casa	15
5.5 Recursos para construção, ampliação e reforma de Unidades Básicas de Saúde (UBS)	16
6. EDUCAÇÃO PERMANENTE	22
7. ATENÇÃO ESPECIALIZADA	24

1. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

A Região do Médio-Paraíba está localizada ao sul do Estado do Rio de Janeiro, sendo favorecida economicamente pela proximidade dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, além de ter a principal rodovia do país, Rodovia Presidente Dutra, atravessando grande parte de seu território. As áreas urbanas na região formam um conjunto de aglomerados urbanos de médio porte, que têm sua base produtiva relacionada principalmente em um parque industrial focado na siderurgia e na indústria automotiva e mais recentemente, fábrica de vidros temperados de grande porte, que a coloca na segunda posição em termos de desenvolvimento econômico no Estado.

Outros setores econômicos importantes são: agroindústria; audiovisual e produção cultural; avicultura; bebidas; metal-mecânico; pecuária; piscicultura de água doce; químico e farmacêutico; têxtil; e turismo (DIAS, 2012).

Principais indicadores demográficos e socioeconômicos do município:

- População: 126.084 (IBGE, 2015, estimativa)
- PIB Per capita: **46.520,83** (2011)
- % da população em extrema pobreza: **1,89** (2010)
- % da população com plano de saúde: **35,11** (março/2016)

Fonte : <http://dab2.saude.gov.br/sistemas/notatecnica/frmListaMunic.php>

- **28,39** % da receita própria aplicada em ASPS (ações e serviços públicos de saúde) conforme a LC141/2012

<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/siops/mais-sobre-siops/6137-indicadores-municipios>

2. INDICADORES DE MORBIMORTALIDADE

2.1 Morbidade

Neste item estão apresentados alguns indicadores que caracterizam a população do seu município e que podem nortear o seu planejamento e gestão.

Tuberculose e Sífilis

Tabela 1 – Indicadores de Morbidade

Ano de referência: 2015

	Município	Região	Estado do Rio de Janeiro
Número de Casos Notificados de Tuberculose (2015)	49	329	14.692
Número de Notificações de Sífilis Congênita (2015)	39	117	3.967
Número de notificações de Sífilis em gestantes (2015)	38	154	4.900

Fontes: <http://sistemas.saude.rj.gov.br/tabnet/tabcgi.exe?sinan/tuberculose.def>

<http://sistemas.saude.rj.gov.br/tabnet/tabcgi.exe?sinan/sisfilis.def>

2.2 Mortalidade

Neste item estão apresentados alguns indicadores que caracterizam a população do seu município e que podem nortear o seu planejamento e gestão.

Tuberculose e Sífilis

Tabela 2 – Indicadores de Mortalidade

Ano de referência: 2015

	Município	Região	Estado do Rio de Janeiro
Nº óbitos Infantil (menores de 1 ano)	16	100	2.969
Nº óbitos Neonatal (precoce +tardio) (até 27 dias)	10	74	1.982
Nº óbitos de mulheres em idade fértil	42	301	6.367
Nº óbitos maternos por residência	1	5	141
Nº óbitos geral	863	6706	131.630

Fontes: <http://sistemas.saude.rj.gov.br/tabnet/deftohtm.exe?sim/infantis.def>

<http://sistemas.saude.rj.gov.br/tabnet/tabcgi.exe?sim/maternas.def>

<http://sistemas.saude.rj.gov.br/tabnet/tabcgi.exe?sim/obito.def>

Obs.: Apesar dos dados serem de 2015, as informações são atualizadas pela SES periodicamente, logo, os dados acima podem sofrer alterações. Dados coletados em 30 de outubro de 2016.

3. INSTRUMENTOS DE GESTÃO

No que se refere aos principais instrumentos de gestão do SUS, seguem abaixo os pontos relevantes que estarão presentes no dia a dia das execuções das ações e serviços públicos de saúde:

Quadro 01 - Situação dos instrumentos de gestão

INSTRUMENTOS	SITUAÇÃO
Relatório Anual de Gestão (RAG)	Em análise no Conselho Municipal de Saúde
Plano Municipal de Saúde	Aprovado, Resolução 15, em 30/07/2014

Fonte: <http://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude/sistemas-de-gestao/sargsus>

<http://aplicacao.saude.gov.br/sargsus/consultarRelatoriosGerenciaisExternos!processarUFSelecionada.action>

Quadro 02- As Prestações de Contas no SUS - lei 141

Prazo	Providência	Fundamento
30 de março	Elaborar e enviar o Relatório Anual de Gestão (RAG) ao Conselho de Saúde, por meio do SARGSUS.	Art. 36, § 1º, LC 141
Final de fevereiro	Apresentação, na respectiva Casa Legislativa, de relatório detalhado referente ao terceiro quadrimestre do exercício anterior.	Art. 36, § 5º, LC 141
Final de maio	Apresentação, na respectiva Casa Legislativa, de relatório detalhado referente ao primeiro quadrimestre do exercício corrente.	Art. 36, § 5º, LC 141
Final de setembro	Apresentação, na respectiva Casa Legislativa, de relatório detalhado referente ao segundo quadrimestre do exercício corrente.	Art. 36, § 5º, LC 141
Final de fevereiro	Divulgação do relatório detalhado referente ao terceiro quadrimestre do exercício anterior, em meio eletrônico de acesso público.	Art. 31, LC 141

Final de maio	Divulgação do relatório detalhado referente ao primeiro quadrimestre do exercício corrente, em meio eletrônico de acesso público.	Art. 31, LC 141
Final de setembro	Divulgação do relatório detalhado referente ao segundo quadrimestre do exercício corrente, em meio eletrônico de acesso público.	Art. 31, LC 141
30 de janeiro	Declaração, homologação e transmissão dos dados do SIOPS do 6º bimestre (anual).	Portaria 53/13
30 de março	Declaração, homologação e transmissão dos dados do SIOPS do 1º bimestre.	Portaria 53/13
30 de maio	Declaração, homologação e transmissão dos dados do SIOPS do 2º bimestre.	Portaria 53/13
30 de julho	Declaração, homologação e transmissão dos dados do SIOPS do 3º bimestre.	Portaria 53/13
30 de setembro	Declaração, homologação e transmissão dos dados do SIOPS do 4º bimestre.	Portaria 53/13
30 de novembro	Declaração, homologação e transmissão dos dados do SIOPS do 6º bimestre	Portaria 53/13
(*) (**)	Envio da prestação de contas da gestão financeira anual ao Tribunal de Contas	Art. 56, LC101/00
(*) (***)	Envio da prestação de contas do ordenador de despesas ao Tribunal de Contas	Lei Orgânica do Tribunal competente

(*) Os prazos são estabelecidos pelas Leis Orgânicas, Regimentos Internos ou Deliberações dos respectivos Tribunais de Contas;

(**) No caso do Estado do Rio de Janeiro, o prazo é de 60 dias após a abertura da sessão legislativa do órgão prestador (Art. 2º, Del. 199/96 – TCE-RJ).

(***) No caso do Rio de Janeiro o prazo é de 180 dias, contados do encerramento do exercício (Art. 3º, Del. 200/96 – TCE-RJ).

Obs.: O gestor deverá consultar a Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012

4.BLOCOS DE FINANCIAMENTO

Os blocos de financiamento são constituídos por componentes, de acordo com as especificidades de suas ações e os serviços de saúde pactuados.

Os recursos federais que compõem cada bloco de financiamento são transferidos aos estados, Distrito Federal e municípios, fundo a fundo, em conta única e específica para cada bloco de financiamento, observados os atos normativos específicos.

Tabela 03 - Valores Fundo a Fundo – Jan a Junho – 2016

BLOCO	JAN	FEV	MAR	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
Vigilância em saúde	286.022,87	0,00	93.941,20	180.764,42	84.301,33	360,13	645.389,95
Média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar	2.211.484,15	2.452.892,85	2.609.928,46	2.599.155,80	2.456.401,41	2.695.598,51	15.025.461,18
Atenção básica	659.765,67	632.465,67	1.735.267,67	887.665,67	914.965,67	922.095,67	5.752.226,02
Assistência farmacêutica	67.764,88	55.264,88	80.264,88	80.264,88	55.264,88	110.529,76	449.354,16
Total	3.225.037,57	3.140.623,40	4.519.402,21	3.747.850,77	3.510.933,29	3.728.584,07	21.872.431,31

Fonte: <http://www.fns.saude.gov.br/visao/consultarPagamento/pesquisaSimplificada.jsf>

5. ATENÇÃO BÁSICA

Referência: **Maio de 2016.**

O município de **Resende** possui população para cálculo de PAB-Fixo (**Faixa 3 - per capita 24,00**) de **122.068** habitantes, corresponde a **R\$ 233.963,67** de repasse mensal. Apresenta cobertura ^(*) de Atenção Básica de **87,25 %**, considerando Estratégia Saúde da Família com cobertura de **79,00 %**.

(*) Parâmetro de cobertura utilizado na PNAB, IDSUS e COAP, que consideram população de 3.000/hab./equipe, sendo que para equipes organizadas de outras formas, considera-se a carga horária médica na Atenção Básica de 60h/semanais para 3.000 hab.

Tabela 4 – Situação atual da implantação das Equipes de Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde

Equipes	Teto	Credenciado	Implantado	Valor mensal do repasse
eSF	61	31	28	199.640,00
ACS	305	220	48	48.672,00

Os incentivos mensais de custeio para a Equipe de Saúde da Família são: modalidade I R\$ 10.695,00 (dez mil e seiscentos e noventa e cinco reais), modalidade II R\$ 7.130,00 (sete mil e cento e trinta reais) e equipes com profissionais médicos integrantes de programas nacionais de provimento e fixação em áreas de difícil acesso e/ou de populações de maior vulnerabilidade econômica ou social - Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica/PROVAB e Programa Mais Médicos R\$ 14.482,93 (quatorze mil reais) sendo R\$ 10.482,93 para a bolsa do médico e R\$ 4.000,00 fundo a fundo para o município. A Equipe Ribeirinha recebe o mesmo valor da Modalidade I + custeio de logística de ¼ da modalidade I por unidade de apoio e/ou embarcação vinculada (sendo no máximo 4 de cada) + custeio da equipe ampliada de acordo com o número de profissionais agregados. A UBS Fluvial recebe custeio de R\$80.000,00 ou R\$ 90.000,00 c/ Saúde Bucal + custeio de logística de ¼ da modalidade I por unidade de apoio e/ou embarcação vinculada (sendo no máximo 4 de cada) + custeio da equipe ampliada de acordo com o número de profissionais agregados. Para os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) é repassado incentivo de R\$ 1.014,00 (hum mil e quatorze reais) a cada mês, sendo que no último trimestre de cada ano será repassada uma parcela extra, calculada com base no número de ACS registrados no cadastro de equipes e profissionais do Sistema de Informação definido para este fim, no mês de agosto do ano vigente.

5.1 – Núcleos de Apoio à Saúde da Família

Os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) são equipes multiprofissionais que atuam de forma integrada com as equipes de Saúde da Família (eSF), as equipes de atenção básica para populações específicas (Consultórios na Rua - eCR, equipes ribeirinhas - ESFR e fluviais- eSFF) e com o Programa Academia da Saúde. Os NASF têm como objetivo apoiar a consolidação da Atenção Básica no Brasil, ampliando as ofertas de saúde na rede de serviços, assim como a resolutividade e a abrangência das ações. São regulamentados pela Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, e complementados pela Portaria nº 3.124, de 28 de dezembro de 2012.

O município não possui NASF.

5.2 – Saúde Bucal

5.2.1 – Equipes de Saúde Bucal

O Brasil Sorridente - Política Nacional de Saúde Bucal - é o programa que visa desenvolver ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal através de uma série de ações para ampliação do acesso ao tratamento odontológico no Sistema Único de Saúde (SUS).

O município de Resende apresenta cobertura de Saúde Bucal de **92,28%**. Se considerada somente a Estratégia Saúde da Família tem-se uma cobertura de **30,39 %**. Maiores informações sobre a implantação das ações de Saúde Bucal com a Coordenação Geral de Saúde Bucal através do e-mail: cosab@saude.gov.br ou do telefone: (61) 3315-9056757

Indicador de Calculo da Cobertura de SB: Número de Esquipes SB/ Número de Esquipes SB na ESF.

Tabela 5 – Situação atual da implantação das equipes de Saúde Bucal

Equipes	Teto	Credenciado	Implantado	Valor mensal do repasse
eSB - I	61	29	28	62.440,00
eSB - II		0	0	0,00

5.2.2 - Consultório Odontológico

Segundo a Portaria GM/MS Nº 2.372, de 07 de outubro de 2009, há o compromisso de doação de equipamentos odontológicos pelo Ministério da Saúde para as Equipes de Saúde Bucal (eSB) implantadas a partir de outubro/2009. Para receber esses equipamentos, fica disponível no nosso site o Sistema de Plano de Fornecimento de Equipamento Odontológico onde o gestor municipal opta por receber a cadeira odontológica diretamente no município ou receber o recurso para o próprio município realizar a aquisição.

5.2.3 – Centro de Especialidades Odontológicas

O tratamento oferecido nos Centros de Especialidades Odontológicas é uma continuidade do trabalho realizado pela rede de atenção básica- O CEO deve realizar

uma produção mínima mensal em cada especialidade definida na Portaria 1.464/GM, de 24 de junho de 2011: diagnóstico bucal com ênfase no diagnóstico e detecção do câncer de boca, periodontia especializada, cirurgia oral menor dos tecidos moles e duros, endodontia e atendimento a portadores de necessidades especiais.

O gestor pode optar entre três modalidades de implantação dos Centros de Especialidades Odontológicas, com financiamento federal para custeio de R\$ 8.250,00 CEO I; R\$ 11.000,00 CEO II e R\$ 19.250,00 CEO III. No quadro abaixo apresentamos a situação de implantação por modalidade e financiamento dos CEO.

Tabela 6 – Situação atual da implantação dos Centros de Especialidades Odontológicas

CEO Modalidades	Implantado (em funcionamento)	Repasse Mensal custeio	Observação: valor do incentivo "viver sem limites"
I	0	0,00	-
II	2	22.000,00	2.200,00
III	0	0,00	-

5.2.4 - Laboratórios Regionais de Prótese Dentária

O LRPD é um estabelecimento que realiza o serviço de prótese dentária total, prótese dentária parcial removível e/ou prótese coronária/intrarradiculares e fixas/adesivas. O gestor municipal/estadual interessado em credenciar um ou mais LRPD deve acessar o sistema de Credenciamento de LRPD disponível no site da Coordenação-Geral de Saúde Bucal/DAB/SAS <http://dab.saude.gov.br/portaldab/>.

Município com qualquer base populacional pode ter o LRPD e não há restrição quanto sua natureza jurídica, ou seja, a Secretaria Municipal/Estadual de Saúde pode optar por ter um estabelecimento próprio (público) ou contratar a prestação do serviço (privado). A produção de prótese dentária é acompanhada de acordo com as informações prestadas pelo município/estado através do Sistema de Informação Ambulatorial do SUS (SIA/SUS).

O Ministério da Saúde repassa um recurso mensal aos municípios/estados para confecção de próteses dentárias, de acordo com uma faixa de produção: entre 20 e 50 próteses/mês: R\$ 7.500,00; entre 51 e 80 próteses/mês: R\$ 12.000,00; entre 81 e 120 próteses/mês: R\$ 18.000,00; e acima de 120 próteses/mês: R\$ 22.500,00.

Tabela 7 – Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias

Portaria	Valor Recurso Anual	Valor Recurso Mensal	Faixa de Produção	Tipo de Gestão
GM 2375 (07/10/2009) GM 4262 (30/12/2010) GM 1110 (28/05/2012) GM 1825 (24/08/2012)	224.000,00	18.667,00	81-120	MUNICIPAL

5.3 Programa Nacional de Melhoria do Acesso e Qualidade - PMAQ

O município de Resende, no segundo ciclo do Programa (2013), cadastrou as seguintes equipes:

Tabela 8: Resultado de adesão ao segundo ciclo.

ESF/EAB	ESB/EABSB	NASF	CEO
24	24	0	2

Tabela 9: Resultado da certificação das equipes de Atenção Básica que aderiram ao PMAQ no primeiro ciclo (2011).

CLASSIFICAÇÃO DAS EQUIPES CADASTRADAS NO PMAQ	Freq.	(%)
Desempenho muito acima da média	12	54,5
Desempenho acima da média	10	45,5
Desempenho mediano ou um pouco abaixo da média	0	0,0
Insatisfatória	0	0,0
Excluída	0	0,0
TOTAL	22	100,0

5.4 Programa Melhor em Casa

Programa que tem por finalidade apoiar os gestores locais a expandir e qualificar a atenção domiciliar no SUS, por meio dos Serviços de Atenção Domiciliar (SAD). Tem como objetivos a redução da demanda por atendimento hospitalar e/ou redução do período de permanência de usuários internados, a humanização da atenção, a desinstitucionalização e a ampliação da autonomia dos usuários. É destinada a usuários que demandem cuidado intensivo, com visitas, no mínimo, semanais, em função de seu quadro clínico (ex. realização de curativos complexos; adaptação de usuários ao uso de sondas e ostomias, antibioticoterapia endovenosa).

Na atenção domiciliar, os cuidados aos usuários são realizados pelas Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP). Elas realizam o atendimento aos pacientes vindos dos serviços de urgência e emergência, serviços hospitalares, oriundos da Atenção Básica. Caso o município tenha uma (1) EMAD, poderá contar com o apoio de uma (1) EMAP. A cada três (3) EMAD a mais, o município poderá contar com o apoio de mais uma (1) EMAP.

Para aderir ao programa, o Município precisa ser coberto por SAMU ou serviço móvel de urgência próprio (possibilidade apenas para municípios com mais de 40 mil habitantes) e ter hospital de referência (municipal ou regional). A gestão deve elaborar um Projeto de implantação do Serviço de Atenção Domiciliar de acordo com a Portaria nº 963 de 27 de Maio de 2013 e encaminhá-lo para análise da Coordenação Geral de Atenção Domiciliar/DAB/SAS/MS (dab.saude.gov.br/melhoremcasa).

O valor mensal de custeio, por equipe implantada, ou seja, cadastrada no SCNES corresponde a: EMAD Tipo 1 (municípios com população maior que 40 mil habitantes): R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); EMAD Tipo 2 (municípios com população menor que 40 mil habitantes): R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais) e EMAP: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

O Município não habilitou equipes do Programa Melhor em casa.

5.5 Recursos para construção, ampliação e reforma de Unidades Básicas de Saúde (UBS)

Neste item serão apresentados os investimentos relativos ao Programa REQUALIFICA-UBS (construção, reforma e ampliação das Unidades Básicas de Saúde).

Tabela 10 - UBS – Construção

Proposta	PA C	Tipo de Recurso	Valor da Proposta	Pagamento da Primeira Parcela		Pagamento da Segunda Parcela		Pagamento da Terceira Parcela		Obra Monitorada	Data de Cadastro do Monitorament o	Conclui u o Projeto	Concluiu a Contrataçã o	Cadastro u a Ordem de Serviço
				Data	Valor	Data	Valor	Data	Valor					
118007310001130 12	Sim	PROGRAM A	408.000,0 0	13/01/201 4	81.600,0 0		0,00		0,00	Não		Não	Não	
291782330001090 05	Sim	PROGRAM A	408.000,0 0	27/09/201 1	20.000,0 0		0,00		0,00	Sim	03/12/2012	Sim	Sim	Sim
291782330001090 06	Sim	PROGRAM A	200.000,0 0	27/09/201 1	20.000,0 0		0,00		0,00	Sim	03/12/2012	Não	Não	Não
291782330001100 50	Não	EMENDA	200.000,0 0	21/01/201 1	20.000,0 0		0,00		0,00	Sim	03/12/2012	Sim	Sim	Não
291782330001110 01	Não	EMENDA	266.666,6 7	23/08/201 1	26.666,6 7	30/07/201 3	173.333,3 4		0,00	Sim	03/12/2012	Sim	Sim	Sim
291782330001090 01	Não	PROGRAM A	200.000,0 0	23/04/201 0	20.000,0 0	08/07/201 1	130.000,0 0	28/09/201 2	0.000,00	Sim	06/06/2013	Sim	Sim	Sim
291782330001090 03	Sim	PROGRAM A	200.000,0 0	28/09/201 1	20.000,0 0	13/08/201 3	130.000,0 0	13/01/201 5	0.000,00	Sim	30/11/2012	Sim	Sim	Sim

Proposta	PA C	Tipo de Recurso	Valor da Proposta	Pagamento da Primeira Parcela		Pagamento da Segunda Parcela		Pagamento da Terceira Parcela		Obra Monitorad a	Data de Cadastro do Monitorament o	Conclui u o Projeto	Concluiu a Contrataçã o	Cadastro u a Ordem de Serviço
				Data	Valor	Data	Valor	Data	Valor					
291782330001090 08	Não	PROGRAM A	200.000,0 0	23/04/201 0	20.000,0 0	08/06/201 1	130.000,0 0	28/12/201 2	0.000,00	Sim	06/06/2013	Sim	Sim	Sim
291782330001100 49	Não	EMENDA	200.000,0 0	20/01/201 1	20.000,0 0	27/12/201 1	130.000,0 0	27/12/201 2	0.000,00	Sim	06/06/2013	Sim	Sim	Sim
291782330001100 51	Sim	PROGRAM A	200.000,0 0	21/12/201 1	20.000,0 0	31/07/201 3	130.000,0 0	13/01/201 5	0.000,00	Sim	30/11/2012	Sim	Sim	Sim

<http://dab.saude.gov.br/portaldab/>

Tabela 11 - UBS - Ampliação

UBS - Ampliação														
Proposta	PAC	Tipo de Recurso	Valor da Proposta	Pagamento da Primeira Parcela		Pagamento da Segunda Parcela		CNES	Nome do Estabelecimento	Obra Monitorada	Data de Cadastro do Monitoramento	Concluiu o Projeto	Concluiu a Contratação	Cadastrou a Ordem de Serviço
				Data	Valor	Data	Valor							
11800731000113002	Sim	PROGRAMA	131.700,00	30/08/2013	26.340,00		0,00	2288656	USF BAIXADA DA OLARIA	Sim	05/09/2013	Não	Não	Não
11800731000113006	Sim	PROGRAMA	54.000,00	30/08/2013	10.800,00		0,00	2288516	USF ENGENHEIRO PASSOS I	Sim	05/09/2013	Não	Não	Não
11800731000113007	Sim	PROGRAMA	73.170,00	30/08/2013	14.634,00		0,00	2288869	USF FAZENDA DA BARRA I	Sim	05/09/2013	Não	Não	Não
11800731000113008	Sim	PROGRAMA	66.000,00	30/08/2013	13.200,00		0,00	2288443	USF FAZENDA DA BARRA II	Sim	05/09/2013	Não	Não	Não
11800731000113009	Sim	PROGRAMA	104.760,00	30/08/2013	20.952,00		0,00	3035085	USF JARDIM ALEGRIA	Sim	05/09/2013	Não	Não	Não
11800731000113010	Sim	PROGRAMA	74.100,00	30/08/2013	14.820,00		0,00	2288664	POSTO DE SAUDE DO JARDIM PRIMAVERA	Sim	05/09/2013	Não	Não	Não
11800731000113011	Sim	PROGRAMA	174.075,00	30/08/2013	34.815,00		0,00	2288508	USF SAO CAETANO	Sim	05/09/2013	Não	Não	Não

Tabela 12 – UBS - Reforma

Proposta	Tipo de Recurso	Valor da Proposta	Pagamento da Primeira Parcela		Pagamento da Segunda Parcela		CNES	Nome do Estabelecimento	Obra Monitorada	Data de Cadastro do Monitoramento	Concluiu o Projeto	Concluiu a Contratação	Cadastro na Ordem de Serviço
			Data	Valor	Data	valor							
11800731000138/2011-01	PROGRAMA	168.778,86	29/12/2011	33.755,77	30/08/2013	1135.023,08	288583	USF VISCONDE DE MAUA	Sim	27/04/2012	Sim	Sim	Sim
11800731000138/2011-03	PROGRAMA	347.797,57	29/12/2011	69.559,51	29/01/2013	278.238,05	288400	POSTO DE SAUDE DO MANEJO	Sim	26/04/2012	Sim	Sim	Sim
11800731000138/2011-04	PROGRAMA	229.621,00	29/12/2011	45.924,20	30/08/2013	183.696,80	288435	USF PARAISO	Sim	27/04/2012	Sim	Sim	Sim
11800731000138/2011-05	PROGRAMA	219.479,70	29/12/2011	43.895,94	03/05/2013	175.583,76	288559	USF FUMACA	Sim	27/04/2012	Sim	Sim	Sim
11800731000138/2011-07	PROGRAMA	94.010,54	29/12/2011	18.802,11	30/08/2012	75.208,43	288850	USF NOVO SURUBI	Sim	27/04/2012	Sim	Sim	Sim
11800731000138/2011-08	PROGRAMA	196.183,41	29/12/2011	39.236,68	30/08/2013	156.946,72	288605	POSTO DE SAUDE DE RESENDE	Sim	27/04/2012	Sim	Sim	Sim
11800731000113001	PROGRAMA	131.949,00	16/08/2013	26.389,80		0,00	273136	USF BAIRRO CABRAL	Sim	05/09/2013	Sim	Não	Não
11800731000113003	PROGRAMA	149.137,5	16/08/2013	29.827,5		0,00		USF ITAPUCA	Sim	05/09/2013		Não	Não

Proposta	Tipo de Recurso	Valor da Proposta	Pagamento da Primeira Parcela		Pagamento da Segunda Parcela		CNES	Nome do Estabelecimento	Obra Monitorada	Data de Cadastro do Monitoramento	Concluiu o Projeto	Concluiu a Contratação	Cadastro na Ordem de Serviço
			Data	Valor	Data	valor							
	A	6	3	1			288397				im		
11800731000113004	PROGRAMA	128.120,00	16/08/2013	25.624,00			288451	USF FAZENDA DA BARRA III	Sim	05/09/2013	im	Não	Não
11800731000113005	PROGRAMA	309.566,40	16/08/2013	61.913,28			288389	CENTRO DE SAUDE GRANDE ALEGRIA	Sim	05/09/2013	ão	Não	Não
11800731000138/2011-02	PROGRAMA	100.058,89	29/12/2011	20.011,78	01/10/2013	80.047,11	288524	USF SERRINHA CAPELINHA	Sim	27/04/2012	Sim	Sim	Sim
11800731000138/2011-06	PROGRAMA	151.271,42	29/12/2011	30.254,28	03/05/2013	121.017,13	288575	POSTO DE SAUDE DO RIO PRETO	Sim	27/04/2012	Sim	Sim	Sim

6. EDUCAÇÃO PERMANENTE

De acordo com a Política de Educação Permanente, os valores destinados às ações são regionais e transferidos fundo a fundo ao (s) município (s) da região, conforme pactuação em CIR.

ANO	PORTARIA MINISTERIAL DE REPASSE DOS RECURSOS FINANCEIROS/DELIBERAÇÃO CIB QUE APROVA O PLANO ESTADUAL DE EPS	RECURSOS Educ. Permanente em Saúde (nível superior)	RECURSOS Educação Profissional (nível técnico)	MUNICÍPIO EXECUTOR ATUAL	PRESTAÇÃO DE CONTAS (identificada até o momento pela SEDS)	EXECUÇÃO (identificada até o momento pela SEDS nas Delib. CIR)	OBSERVAÇÃO
2007	Portaria GM/MS nº 1996/2007 Deliberação CIB-RJ Nº 374/2007	R\$ 285.420,80	R\$ 0,00	Piraí	Deliberação CIR MP nº 014/2016 Saldo residual de R\$ 3.821,34 referente às PORTARIAS GM/MS Nº 1996/2007 e 2813/2008.	Recurso executado	Composição do Polo Sul Fluminense: Médio Paraíba, Centro Sul e BIG Repassado do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde de Piraí
2008	Port. GM/MS nº 2813/2008 Deliberação CIB-RJ Nº 573/2008	R\$ 235.685,18	R\$ 0,00	Piraí	Deliberação CIR MP nº 014/2016 Saldo residual de R\$ 3.821,34 referente às PORTARIAS GM/MS Nº 1996/2007 e 2813/2008.	Recurso executado	Composição do Polo Sul Fluminense: Médio Paraíba, Centro Sul e BIG Repassado do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde de Piraí

2009	Port. GM/MS nº. 2.953 de 25/11/2009 Deliberação CIB-RJ nº 0792 de 03 /12/2009	R\$ 107.462,20	R\$ 106.888,00	Piraí	Deliberação CIR/MP nº 014/2016. Saldo residual de R\$ 60.781,57 referente às PORTARIAS GM/MS Nº 2953/2009, 4033/2010 e 2200/2011	Recurso executado	Repassado do FNS para o Fundo Municipal de Piraí
2010	Port. GM/MS nº 4033 de 17/12/2010 Deliberação CIB nº 2289 de 18/07/2013	R\$ 0,00	R\$ 88.089,70	Piraí	Deliberação CIR/MP nº 014/2016. Saldo residual de R\$ 60.781,57 referente às PORTARIAS GM/MS Nº 2953/2009, 4033/2010 e 2200/2011	Recurso executado	Repassado do FES para o Fundo Municipal de Piraí - (Processo E-08/7082/2012).
2011	Port. GM/MS nº 2200 de 14/09/2011 Deliberação CIB-RJ nº 1.445 de 18/10/2011	R\$ 103.359,10	R\$ 147.655,86	Piraí	Deliberação CIR/MP nº 014/2016. Saldo residual de R\$ 60.781,57 referente às PORTARIAS GM/MS Nº 2953/2009, 4033/2010 e 2200/2011	Recurso executado	Repassado do FNS para o Fundo Municipal de Piraí

OBS: As colunas referentes a prestação de Contas e Execução estão em processo de atualização pela SEDS.

7. ATENÇÃO ESPECIALIZADA

São ações e serviços de saúde de média e alta complexidade, financiadas pelo Ministério da Saúde (MS), através do teto MAC, organizadas a partir das Linhas de Cuidado (exemplos: terapia renal substitutiva, oncologia, cardiologia...).

As necessidades de saúde da população poderão ser atendidas em seu próprio território/região ou fora deste, através da programação pactuada integrada (PPI). A PPI é um processo instituído no âmbito do SUS onde, em consonância com o processo de planejamento são definidas e quantificadas as ações de saúde para a população residente em cada território, bem como efetuados os pactos intergestores para garantia de acesso da população aos serviços de saúde. Tem por objetivo organizar a rede de serviços, dando transparência aos fluxos estabelecidos e definir, a partir de critérios e parâmetros pactuados, os limites financeiros destinados à assistência da população própria e das referências recebidas de outros municípios.

Os dados disponíveis no sistema informatizado para a PPI, denominado SisPPI, demonstram a programação dos serviços e procedimentos custeados pelo limite financeiro de média e alta complexidade (MAC), podendo ser consultados através do seguinte endereço virtual: www.informacaoemsaude.rj.gov.br/informacao-em-saude/tabnet/1002-ppi-e-trasferencias.html.

PARA SABER MAIS

1. INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=33&search=rio-de-janeiro>

<http://dab2.saude.gov.br/sistemas/notatecnica/frmListaMunic.php>

Aplicação da Receita, segundo Informações do SIOPS:

<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/siops/mais-sobre-siops/6137-indicadores-municipios>

2. INDICADORES DE MORBIMORTALIDADE

Morbidade:

<http://sistemas.saude.rj.gov.br/tabnet/tabcgi.exe?sinan/tuberculose.def>

Mortalidade:

<http://sistemas.saude.rj.gov.br/tabnet/deftohtm.exe?sim/infantis.def>

3. INSTRUMENTOS DE GESTÃO

<http://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude/sistemas-de-gestao/sargsus>

4. BLOCOS DE FINANCIAMENTO

<http://www.fns.saude.gov.br/visao/consultarPagamento/pesquisaSimplificada.jsf>

5. ATENÇÃO BÁSICA

<http://dab.saude.gov.br/portaldab/> → clique em gestor – Nota Técnica e selecione o seu município.

6. EDUCAÇÃO PERMANENTE

Informações cedidas pela área técnica da Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Rio de Janeiro – SES/RJ

7. ATENÇÃO ESPECIALIZADA

- Deliberação CIB RJ 3509 de 20 de agosto de 2015 – pactua o fluxo de mudança de referência da programação pactuada integrada e dá outras providências.

1. http://sistemas.saude.rj.gov.br/tabnet/sisppi/Nota_Tecnica_Encaminhamentos.pdf